



Senado aprova dados pessoais como garantia constitucional

Moreira Matiz/Agência Senado



Ao lado de Alessandro Vieira, Simone explica que é preciso constitucionalizar o direito à inviolabilidade de dados pessoais

Proposta de emenda à Constituição aprovada em dois turnos ontem inclui informações disponíveis em meios digitais como direito fundamental dos brasileiros. Texto segue para a Câmara

O Plenário do Senado aprovou ontem, por 65 votos favoráveis em primeiro turno e 62 em segundo, uma proposta de emenda constitucional que inclui a proteção de dados pessoais disponíveis em meios digitais na lista de garantias individuais da Constituição. Não houve votos contrários à PEC.

O texto, do senador Edu-

ardo Gomes, segue agora para a Câmara.

A relatora, Simone Tebet, disse que a proposta deixa claro que é competência da União legislar sobre a proteção de dados pessoais.

De acordo com ela, a aprovação aproxima a legislação brasileira das melhores leis internacionais sobre o tema. **3**

Congresso vota hoje créditos adicionais para despesas do governo **4**

Aprovada indicação de Fernanda Nechio para diretoria do BC **7**

Universidade pode ter vaga ociosa preenchida por aluno carente **8**

Projeto sobre demissão de servidor gera polêmica em debate **6**

Diploma para professor de educação física deve ser exigido

O diploma de licenciatura em educação física deverá ser obrigatório, de acordo com projeto aprovado ontem em decisão final pela Comissão de Educação. A proposta, apresentada por Romário e relatada por Leila Barros, vai à Câmara. **8**

Roque de Sá/Agência Senado



Leila, relatora do texto sobre educação física, Davi e Soraya, que relatou proposta sobre os presos

Ressarcimento de gastos ao Estado pelos presos volta à pauta na terça

Projeto que prevê que o apenado pague os custos de sua manutenção deveria ter sido votado ontem. A análise, porém, foi remarcada após senadores ponderarem que o texto pode atrapalhar a ressocialização daqueles que não têm como pagar. **3**

Plenário da Câmara definirá previdência dos estados

O relatório da reforma da Previdência não incluirá os estados. O tema será decidido em Plenário, informou ontem Davi Alcolumbre, após reunião com governadores. **2**

Comissões definem emendas ao texto da LDO de 2020

Cinco comissões do Senado e a Comissão Mista de Orçamento definiram ontem suas emendas ao projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias. Prazo termina amanhã. **4**



Girão, Eliziane, Mara, Jorginho e Carmen durante a aprovação do texto

Informações sobre autistas devem constar em censo

Vai a sanção projeto da deputada Carmen Zanotto aprovado ontem no Plenário que determina que os censos incluam em seus levantamentos informações sobre pessoas com autismo. Não há dados oficiais sobre essa parcela da população. A proposta foi relatada no Senado por Mara Gabrilli e Eliziane Gama. **3**

CPI pede indiciamento de 16 por desastre em Brumadinho

A CPI de Brumadinho aprovou ontem o indiciamento de 14 pessoas e duas empresas pelo rompimento da barragem da mineradora Vale, em Brumadinho (MG), por

crime de homicídio com dolo eventual, quando o agente assume o risco de cometer o crime. O desastre ocorrido em janeiro deixou 246 mortos e 24 desaparecidos. **5**



Senadores Rose de Freitas, presidente da CPI, e Carlos Viana, relator

Marcos Oliveira/Agência Senado



Davi Alcolumbre (centro, à direita) debate reforma com parlamentares e governadores de seis estados

Plenário da Câmara decidirá sobre previdência de estados

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre, se reuniu com parlamentares e governadores, mas não houve entendimento sobre inclusão do tema para votação na comissão especial que analisa reforma

ESTADOS E MUNICÍPIOS devem ficar de fora do relatório sobre a proposta da reforma da Previdência apresentado pelo deputado Samuel Moreira (PSDB-SP) na comissão especial da Câmara que analisa a PEC 6/2019. A informação foi dada pelos líderes em encontro ontem. O presidente do Senado, Davi Alcolumbre, participou da reunião com governadores de seis estados na residência oficial do presidente da Câmara, Rodrigo Maia.

Segundo Davi, “todos estão empenhados e dedicados em apoiar a reforma”.

— O esforço será no sentido de apoiar a reforma integralmente no Plenário da Câmara, ajudando na conquista dos votos para aprovarmos a reforma de maneira nacional — disse.

O encontro com representantes da Paraíba, do Ceará, do Espírito Santo, de Alagoas, do Piauí e de Goiás contou ainda com a presença do presidente do Supremo Tribunal Federal,

Dias Toffoli. Na segunda-feira, Davi já tinha se reunido, na residência oficial da Presidência do Senado, com os governadores do Piauí, de Alagoas, do Pará, do Ceará e da Paraíba para tratar do tema.

Se os entes federados ficarem fora do texto da reforma, cada estado e cada município terá que votar novas regras para as aposentadorias de seus servidores. Pelo texto da PEC do governo, estados e municípios teriam as mesmas regras da reforma da Previdência aplicada aos servidores civis da União, mas Samuel Moreira retirou essa previsão. De acordo com o deputado Augusto Coutinho (SD-PE), o voto complementar do relator na comissão especial será votado amanhã.

— Não havendo entendimento de estados e municípios, vai para o Plenário da Câmara e tentamos construir um entendimento até a próxima semana.

O líder do PSDB, deputado Carlos Sampaio (SP), disse que

é possível votar um destaque, em Plenário, para que seja feita a inclusão dos estados e municípios na reforma.

— Se houver esse consenso e os governadores tiverem essa certeza de que conseguem exercer suas lideranças para que os seus deputados votem a favor da reforma, nós podemos incluir na votação de Plenário.

Para o governador do Piauí, Wellington Dias, houve um avanço importante de segunda para ontem, graças ao diálogo mediado pelos presidentes do Senado e da Câmara com os governadores e o Ministério da Economia para encontrarem alternativas para cobrir o déficit nas contas públicas.

O governador do Espírito Santo, Renato Casagrande, afirmou que todos os governadores estão empenhados a debater com suas bancadas.

— É muito adequado e é de bom senso que todos os servidores públicos do país estejam incluídos nas mesmas regras.

MP de repasses à Eletrobras fará nova audiência

A comissão mista que analisa a Medida Provisória 879/2019 aprovou ontem a realização de nova audiência pública com a presença de executivos do setor elétrico e de representante dos eletricitários. A sessão foi marcada por questionamentos sobre a substituição do relator do colegiado: o senador Otto Alencar (PSD-BA) abriu mão do cargo em favor do senador

Eduardo Braga (MDB-AM).

O deputado José Nelto (Podemos-GO) questionou a autoridade regimental para a troca de relatores. Ele lembrou que Otto abriu mão da relatoria em favor do senador Angelo Coronel (PSD-BA) e disse que Braga promoveu privatizações de energia em seu período à frente do Ministério de Minas e Energia. Otto Alencar

esclareceu que a permuta possibilitou ao senador Irajá (PSD-TO) assumir a relatoria da MP 884/2019, do Cadastro Ambiental Rural (CAR).

A audiência pública, sem data marcada, atende a requerimentos do senador Paulo Rocha (PT-PA) e dos deputados Edio Lopes (PL-RR), que preside a comissão, José Nelto e Carlos Zarattini (PT-SP).

Congresso promulga Emenda Constitucional 101

O Congresso Nacional se reunirá em sessão solene hoje para promulgar a emenda constitucional que permitirá a militares a acumulação do cargo com as funções de professor ou profissional da saúde. Oriunda da PEC 141/2015 (originalmente PEC 215/2003 na Câmara), ela será a 101ª

emenda à Constituição.

Atualmente a Constituição proíbe a acumulação de cargos no serviço público. Algumas exceções são previstas: se houver compatibilidade de horários, servidores civis podem desempenhar dois cargos de professor; um cargo de professor com outro técnico

ou científico; ou dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde.

A nova emenda estenderá esse benefício aos militares estaduais. Em todos os casos, os profissionais que acumulam cargos devem respeitar o teto de remuneração no serviço público.

Senado entrega Diploma José Ermírio de Moraes a empresários

Empresários de destaque foram homenageados ontem pelo Senado na oitava edição do Diploma José Ermírio de Moraes. A comenda foi destinada a sete agraciados indicados pelos parlamentares.

O prêmio é concedido anualmente pelo Senado a personalidades que tenham oferecido contribuições relevantes à economia nacional, ao desenvolvimento sustentável e ao progresso do país.

O presidente do conselho do diploma, senador Marcos Rogério (DEM-RO), dirigiu a cerimônia. Ao agradecer a presença dos diplomados, ele adiantou que, em 2020, o prêmio será oferecido a mulheres empreendedoras com histórias de superação.

Marcos Rogério explicou que a homenagem leva o nome de um ex-senador “ícone do empreendedorismo brasileiro”. Nascido no interior de Pernambuco em 1900, o engenheiro José Ermírio de Moraes também

foi ministro da Agricultura do governo João Goulart. Com o golpe militar, retornou ao Senado, onde ficou até o fim do mandato, em 1971. Morreu em 1973, deixando como legado um dos maiores grupos empresariais do país.

Foram homenageados o, fundador da construtora Carvalho Hosken, Carlos Fernando de Carvalho, o diretor-executivo do grupo coreano Dongkuk Steel, Sae-Joo Chang, o presidente da Coteminas, Josué Gomes da Silva, o empresário do setor metalmeccânico de Santa Catarina Genésio Spillere, o proprietário do Bar do Cuscuz, de Campina Grande (PB), Jocélio Costa, o empresário do ramo de supermercados e frigoríficos em Rondônia João Gonçalves Filho e o fundador do Banco Fibra, da Equity Brasil e do Grupo Vicunha, Benjamin Steinbruch, que não pôde comparecer em virtude de compromisso no exterior.



Acir Gurgacz e Marcos Rogério entregam o diploma a João Gonçalves

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



- CDR Acesso de barracas às praias**
9h Audiência sobre limitação de acesso às praias por parte de barracas e empreendimentos privados. Depois, 6 itens e análise de emendas à LDO 2020.
- CAS Emendas**
9h30 Após análise de emendas à LDO 2020, pauta de 19 itens.
- CAE Venda de refinarias**
10h Audiência sobre acordo entre Cade e Petrobras para a venda de refinarias.
- CCJ Emendas**
10h Pauta de 22 itens. Depois, análise de emendas à LDO 2020.
- CCT Emendas**
10h Análise de emendas à LDO 2020. Depois, pauta de 12 itens.
- CRA Emendas**
11h Após análise de emendas à LDO 2020, pauta de 6 itens.
- PLENÁRIO Sessão solene**
11h Promulgação da Emenda Constitucional 101/2019, que autoriza acúmulo de cargos por militares dos estados e do DF.

- CRE Emendas**
12h Análise de emendas à LDO 2020.
- CMA Emendas**
13h Análise de emendas à LDO 2020.
- CDH Escravidão moderna**
14h Audiência para tratar do combate à escravidão contemporânea.
- CSF Emendas**
14h Análise de emendas à LDO 2020. Depois, análise de requerimentos.
- CONGRESSO Sessão conjunta**
14h Entre 5 itens, projetos que abrem créditos para órgãos do Executivo e Judiciário.
- ESPORTE Plano Nacional do Esporte**
14h Debate sobre o Plano Nacional de Esporte, com a participação, entre outros, do professor da UnB Paulo Henrique Azevêdo.
- PLENÁRIO Sessão deliberativa**
16h Na pauta, o PLC 26/2018, que assegura o direito de permanência das edificações na reserva de faixa não edificável de 15 metros de cada lado das rodovias federais, ferrovias e dutos.

Previsão atualizada às 18h de ontem pela Secretaria-Geral da Mesa e Secretaria de Comissões

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

Plenário aprova proteção de dados pessoais como direito fundamental

PEC aprovada em dois turnos ontem inclui as informações na lista de garantias individuais da Constituição. Texto segue para a Câmara

O PLENÁRIO APROVOU ontem, em dois turnos, a proposta de emenda à Constituição que inclui a proteção de dados pessoais disponíveis em meios digitais na lista das garantias individuais da Constituição. A PEC 17/2019 recebeu 65 votos favoráveis em primeiro turno e 62 favoráveis em segundo turno. Não houve votos contrários nem abstenções. O texto segue para a Câmara dos Deputados.

A proposta, de Eduardo Gomes (MDB-TO), foi relatada por Simone Tebet (MDB-MS). O senador disse que a proteção de dados pessoais é uma continuação da proteção da intimidade. O autor e os senadores que apoiaram a medida buscam assegurar a privacidade desses dados em âmbito constitucional, de modo a resguardar a inviolabilidade das informações dos cidadãos que circulam na internet.

Segundo a relatora, a PEC deixa claro que é competência da União legislar sobre a proteção de dados pessoais.

— Constitucionalizar a questão significa o Estado dizer que reconhece a importância do tema, classificando esse direito à proteção de dados como fundamental. Ou seja, o Estado, a sociedade, o cidadão, podem ter direito, como regra geral, ao conhecimento do outro, mas desde que haja realmente necessidade. Do contrário, é



Ao lado de Eliziane Gama, Simone Tebet explica que a PEC aproxima a lei brasileira da legislação internacional

preciso preservar ao máximo a intimidade e a privacidade dos dados — explicou.

Para Simone, o empenho para aprovar a PEC demonstra o compromisso do Brasil em relação à proteção de dados pessoais, “aproximando nosso país das melhores legislações internacionais sobre o tema”.

A senadora afirmou que a doutrina e a jurisprudência já reconhecem que o direito à privacidade vai além da proteção à vida íntima do indivíduo. E citou algumas normas infraconstitucionais — a exemplo do Marco Civil da Internet (Lei 12.965, de 2014), da sua regulamentação (Decreto 8.771, de 2016) e da Lei Geral de Proteção de Dados

(Lei 13.709, de 2018) — como avanços que precisariam ser consolidados por essa mudança constitucional.

— Não basta mais termos normas infraconstitucionais, precisamos agora constitucionalizar esse direito — disse.

Inviolabilidade

O senador Esperidião Amin (PP-SC) afirmou que estava votando favorável à PEC, porém “com saudade da época em que podíamos ter dados pessoais protegidos”.

Antonio Anastasia (PSDB-MG) também elogiou o texto e afirmou que o direito à proteção de dados integra a quarta geração de direitos humanos fundamentais. Marcio Bittar

(MDB-AC) acrescentou que a mudança vai fortalecer o princípio da inviolabilidade dos dados pessoais.

A senadora Rose de Freitas (Podemos-ES) disse que o tema tem extrema relevância social.

— Hoje o Congresso Nacional vota uma matéria pertinente para que a gente tenha a garantia de preservação dos nossos dados pessoais — afirmou.

Já Eliziane Gama (Cidadania-MA) acrescentou que a PEC traz segurança jurídica e é um direito que não poderá mais ser retirado do texto constitucional.

Também elogiaram a proposta os senadores Roberto Rocha (PSDB-MA) e Rodrigo Cunha (PSDB-AL).

Senadores prestam solidariedade a Jaques Wagner

O senador Otto Alencar (PSD-BA) fez um discurso de desagravo ao colega de bancada, Jaques Wagner (PT-BA). De acordo com a *Folha de S.Paulo*, em parceria com o *The Intercept Brasil*, procuradores da Lava Jato teriam tentado fazer uma ação de busca e apreensão na casa de Wagner, mesmo sem indícios que justificassem a medida. A intenção seria constranger o então recém-eleito senador, coordenador da campanha de Fernando Haddad.

— O procurador (Deltan) Dallagnol diz: “Vamos fazer uma busca e apreensão simbólica”. Isso é contra a Constituição, que existe para promover a justiça e não permitir o arbítrio.

Também se solidarizaram Angelo Coronel (PSD-BA), Kátia Abreu (PDT-TO), Humberto Costa (PT-PE), Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE), Antonio Anastasia (PSDB-MG), Tasso Jereissati (PSDB-CE), Randalfe Rodrigues (Rede-AP), Nelsinho Trad (PSD-MS) e Esperidião Amin (PP-SC).

Jaques Wagner agradeceu os colegas e lamentou.

— As palavras me despertaram nojo por saber que um funcionário público abandona o texto constitucional e diz “é preciso uma busca e apreensão simbólica”.

Censo demográfico terá dados sobre pessoas com autismo no país

O Senado aprovou ontem a determinação de que os censos demográficos incluam em seus levantamentos informações específicas sobre pessoas com autismo. O Projeto de Lei da Câmara (PLC) 139/2018, da deputada federal Carmen Zanotto (Cidadania-SC), segue para sanção.

A proposta altera a Lei 7.853, de 1989, para que seja obrigatório que os censos populacionais incluam “especifi-

idades inerentes ao autismo”. Atualmente não existem dados oficiais sobre as pessoas com transtorno do espectro autista.

A senadora Eliziane Gama (Cidadania-MA) deu parecer favorável ao projeto na Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

— Não podemos pensar políticas sociais sem ter dados e informações. Tivemos em 2012 a Lei 12.764, que colocou o autismo como deficiência, e a partir daí o país deveria ter

políticas mais robustas para essa parcela da população. Só quando tivermos os dados vamos programar as ações para o atendimento dessas pessoas e de suas famílias que precisam de assistência diferenciada do Estado.

A senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) agradeceu o esforço concentrado do Senado para aprovar o texto. Ela afirmou que acompanha de perto a necessidade de obtenção das

informações no censo, uma vez que é difícil identificar os autistas devido à variedade de espectros da síndrome.

Já a senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP), relatora do projeto na Comissão de Direitos Humanos (CDH), ressaltou que, com o censo, a atuação do Estado poderá ser muito mais ampla. Mara explicou que hoje, no Brasil, leva-se em média sete anos para que se tenha o diagnóstico de au-

tismo, enquanto nos Estados Unidos são três anos.

A senadora Kátia Abreu (PDT-TO) ponderou que não é preciso esperar os dados do censo para elaborar políticas públicas de atendimento aos autistas. De acordo com ela, o Sistema Único de Saúde (SUS) já poderia fazer a identificação dessas pessoas, inclusive porque é no SUS que estão os profissionais capacitados para isso.

Adiada votação de projeto que obriga preso a ressarcir gastos

Foi retirado da pauta do Plenário de ontem projeto que obriga o preso a ressarcir o Estado pelos gastos com sua manutenção. O texto altera a Lei de Execução Penal para prever a obrigatoriedade do ressarcimento, com poucas exceções, e deve ser pautado de novo na próxima terça-feira.

O PLS 580/2015 é do ex-senador Waldemir Moka e está sendo analisado na forma do substitutivo (texto alternativo)

da relatora, senadora Soraya Thronicke (PSL-MS).

— O que nós queremos é que o preso que tem condições financeiras pague de pronto. Cada unidade prisional tem que saber o valor da sua diária, tal qual um hotel, mas nós brasileiros não vamos pagar esse hotel — disse.

O adiamento da votação se deu após manifestações de senadores que questionavam principalmente a obrigação

por parte dos apenados que não têm como pagar, o que poderia atrapalhar o processo de ressocialização. Esse raciocínio foi colocado por Humberto Costa (PT-PE), Kátia Abreu (PDT-TO), Simone Tebet (MDB-MS) e Renan Calheiros (MDB-AL).

Eliziane Gama (Cidadania-MA) e Jayme Campos (DEM-MT) também questionaram se haveria necessidade de criar estruturas nos estados para

cobrar as dívidas dos presos que cumprissem suas penas, mas ainda tivessem o débito em aberto.

Para o líder do governo, senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE), as manifestações dos senadores distorcem o projeto. Segundo ele, a principal intenção é cobrar de quem pode pagar. Flávio Bolsonaro (PSL-RJ) cumprimentou Soraya pela coragem de relatar a proposta.

RÁPIDAS

COMEÇA DISCUSSÃO DA PEC DE CONTRATOS DE CONCESSÃO

Foi feita ontem em Plenário a primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 39/2015, do senador Wellington Fagundes (PL-MT), que estabelece a normatização das concessões e permissões de serviços públicos por lei complementar. Também foi discutida em primeiro turno a PEC 82/2019, para disciplinar os pedidos de vista nos tribunais e dispor sobre a declaração de inconstitucionalidade e a concessão de cautelares por tribunais.

Comissões aprovam emendas ao projeto da LDO

O prazo para entrega das sugestões à Comissão Mista de Orçamento termina amanhã, às 18h. Cada comissão permanente pode apresentar até duas emendas ao Orçamento

AS COMISSÕES PERMANENTES do Senado iniciaram ontem a análise e votação de emendas ao Anexo de Prioridades e Metas do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2020 (PLN 5/2019).

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) decidiu que serão direcionados recursos para o desenvolvimento de micros e pequenas empresas e para a revitalização de bacias hidrográficas na área de atuação da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf). Na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), os membros priorizaram recursos para infraestrutura e apoio ao desenvolvimento da educação básica.

Já na Comissão de Direitos Humanos (CDH), as emendas tiveram como relator o senador Paulo Paim (PT-RS) e, entre os dispositivos aprovados, está a destinação de recursos para a retomada da política de valorização do salário mínimo. De acordo com o relatório aprovado, o reajuste corresponderá à variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) verificado em 2019, mas a título de aumento real, será aplicado também o percentual equivalente à taxa de crescimento do



Jean Paul Prates, Angelo Coronel e Elmano Férrer em reunião na CMO

produto interno bruto (PIB) registrado em 2018 (1,1%). O Palácio do Planalto anunciou que o salário mínimo do ano que vem será de R\$ 1.040, um aumento de R\$ 42 sobre os atuais R\$ 998. A proposta prevê somente a reposição da inflação medida pelo INPC, sem aumento real.

Família e mulheres

Outras duas sugestões de emendas ao texto foram aprovadas na CDH. Uma delas, de Styvenson Valentim (Podemos-RN), amplia o escopo da transferência de recursos federais para estados e municípios por meio de convênios. O texto propõe que essas transferências, inclusive as provenientes de emendas parlamentares,

também abarquem o custeio de serviços relacionados ao fortalecimento da família, de mulheres, crianças e adolescentes e ao combate à violência doméstica.

A outra emenda aprovada, da senadora Leila Barros (PSB-DF), propõe que a LDO e o próprio Orçamento para 2020 discriminem, em categorias específicas, dotações destinadas à promoção da acessibilidade de pessoas com deficiência, mediante a supressão de barreiras e obstáculos nas vias e espaços públicos, no mobiliário urbano, na reforma de edifícios e nos meios de transporte.

Em relação ao Anexo de Prioridades e Metas, a CDH sugere um aumento na meta em mais

3 mil programas e ações, voltados à promoção, proteção e defesa de direitos de crianças e adolescentes. Também pede a implantação de mais quatro políticas voltadas à promoção dos direitos da juventude.

Fiscalização

Já os senadores que compõem a Comissão de Infraestrutura (CI) aprovaram cinco emendas ao anexo. Foram referendadas três emendas ao texto da LDO que preveem a criação de um cadastro geoespacial para gerenciamento e fiscalização de obras públicas, atualização monetária do valor previsto em 2018 para compensação dos estados exportadores em virtude da isenção do ICMS sobre exportações e a previsão de demonstrativo a compor a mensagem do Projeto de Lei Orçamentária Anual, versando sobre obras inacabadas financiadas, total ou parcialmente, com recursos federais.

Além disso, a CI aprovou as emendas de inclusão de meta que destinam recursos para obras rodoviárias em Minas Gerais e Rondônia.

A Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor (CTFC) aprovou nove emendas ao anexo da

LDO 2020. Rodrigo Cunha (PSDB-AL) e Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) apresentaram emendas sobre proteção e defesa do consumidor. Mara Gabrilli (PSDB-SP) e Fernando Bezerra fizeram propostas sobre controle interno e prevenção à corrupção. De Wellington Fagundes (PL-MT), foram acolhidas emendas referentes a entidades filantrópicas, garantia da concessão de subvenções econômicas e subsídios, Lei Kandir, relação dos subtítulos relativos às obras e serviços de engenharia, obras inacabadas, priorização ao desenvolvimento científico, tecnológico, pesquisa e inovação e recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT).

As duas emendas da Comissão Mista de Orçamento (CMO) tratam de modernização da estrutura dos institutos federais de educação e implantação de melhorias sanitárias para o controle de doenças em municípios de até 50 mil habitantes. Elas foram apresentadas pelos deputados Zeca Dirceu (PT-PR) e Hildo Rocha (MDB-MA) e pelo senador Jean Paul Prates (PT-RN).

As indicações de todas as comissões serão analisadas pela CMO.

Congresso vota créditos para despesas do governo federal

O Congresso Nacional faz sessão conjunta hoje, a partir das 14h, para votar projetos de lei que abrem créditos adicionais no Orçamento para o governo pagar despesas com indenizações a policiais rodoviários, gratificações de peritos previdenciários, compra de carros oficiais presidenciais e reforma de embaixadas, de residências oficiais e de hospital universitário em Goiás. Também estão previstos recursos para órgãos do Judiciário.

O primeiro item é o Projeto de Lei do Congresso Nacional (PLN) 1/2019, que autoriza a União a comprar carros novos para o presidente, o vice-presidente e os ex-presidentes da República, além de reformar embaixadas e residências oficiais de ministros e de integrantes do Judiciário e do Legislativo.

Esse projeto trata ainda do pagamento de bônus aos peritos médicos previsto na MP 871/2019, que alterou regras de concessão de benefícios previdenciários e criou programas para coibir fraudes.

O PLN 2/2019 prevê os recursos para pagamento desse bônus, no total de R\$ 223,8 milhões. Conforme o Executivo, a verba será oriunda do cancelamento de despesas previstas para criação e provimento de cargos e funções, exceto as destinadas à substituição de terceirizados, professores e técnicos em educação.

Outro projeto que pode ser votado é o PLN 3/2019, que abre crédito de R\$ 36 milhões para o pagamento de indenizações aos policiais rodoviários federais que trabalham na folga.

Também na pauta estão o PLN 6/2019 e o PLN 7/2019. O primeiro remaneja verbas e destina R\$ 236,6 milhões para custeio das Justiças Federal, Eleitoral, do Trabalho e do Distrito Federal, para custeio no Ministério Público da União e para auxílio-moradia no Conselho Nacional do MP.

Já o PLN 7/2019 remaneja crédito de R\$ 300,7 mil para benefícios previdenciários no TRF da 3ª Região e para pensões no Hospital das Clínicas de Goiás.



Emmanuel Pereira, Marcos Vinícius Rodrigues e André Godinho devem ocupar cargos em conselho da Justiça

Três indicados para o CNJ passam em sabatina

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem três indicados para compor o Conselho Nacional de Justiça (CNJ). As indicações foram enviadas ao Plenário, com pedido de urgência.

Um dos aprovados é o advogado André Godinho, cuja indicação foi relatada pelo senador Otto Alencar (PSD-BA). Ele vai ocupar uma das vagas destinadas à Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). Ele atua como membro do CNJ desde 2017. Entre 2013 e 2018, integrou o Conselho Federal da OAB.

O advogado Marcos Vinícius Jardim Rodrigues também foi aprovado para uma das vagas destinadas à OAB. Sua indicação foi relatada por Sérgio Petecão (PSD-AC). Rodrigues foi presidente da OAB do Acre entre 2013 e 2018. Atualmente preside a Comissão Nacional de

Relações Institucionais da OAB Nacional. O ministro Emmanuel Pereira, do Tribunal Superior do Trabalho (TST), cuja indicação esteve sob a responsabilidade do senador Eduardo Braga (MDB-AM), está no órgão desde 2002. Já foi consultor jurídico da Câmara Municipal de Natal e procurador-geral da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte. Hoje atua como membro do Conselho da Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho.

Sabatina

O vazamento das conversas entre os procuradores da Lava Jato e o ex-juiz Sergio Moro, hoje ministro da Justiça, foi o principal tema da sabatina.

Vanderlan Cardoso (PP-GO) questionou os indicados sobre a interação entre juiz e Ministério Público. Rodrigues respondeu que as partes têm direito de interagir com o magistrado,

dentro das situações previstas, porém, essa interação não pode configurar orquestração do juiz com qualquer das partes. Tasso Jereissati (PSDB-CE) questionou a razão de o CNJ ainda não ter se posicionado sobre os vazamentos. Godinho informou que houve uma representação do PDT, mas foi determinado o arquivamento, já que Moro não tem mais vínculo com o Poder Judiciário. Ele ressaltou que é possível ainda um recurso ao Plenário do CNJ.

Esperidião Amin (PP-SC) lamentou "a celeridade com que a OAB julgou" Moro e os procuradores. Rodrigues destacou a nota da ordem condenando as interceptações clandestinas. Godinho acrescentou que a posição da OAB é de que, confirmada a veracidade dos fatos, seria oportuno o afastamento do ministro, pois ele é chefe da Polícia Federal.

CPI de Brumadinho aprova 16 indiciamentos

Relatório do senador Carlos Viana pede que técnicos e dirigentes da Vale e da Tüv Süd sejam indiciados por homicídio com dolo eventual, além de outros crimes

A CPI DE Brumadinho aprovou ontem o indiciamento de 14 pessoas físicas e duas empresas envolvidas no rompimento da barragem da mineradora Vale, na cidade de Brumadinho (MG), pelo crime de homicídio com dolo eventual — quando o agente assume o risco de cometer o crime. O desastre ocorrido em janeiro deixou 246 mortos e 24 desaparecidos.

O relatório original do senador Carlos Viana (PSD-MG) previa o indiciamento por homicídio culposo — sem intenção de matar. Mas o relator decidiu acatar a sugestão do senador Jorge Kajuru (PSB-GO), que apresentou voto em separado para recomendar a tese de dolo eventual.

— No caso, restou comprovado que não só os agentes sabiam do risco e não agiram para impedir o resultado, como que houve conduta comissiva de alguns deles e tudo isso levou à ocorrência do resultado — disse Kajuru.

O engenheiro Fábio Schvartsman, presidente da Vale na época da tragédia, encabeça a lista de indiciados. Além de homicídio, ele pode responder por lesão corporal culposa, destruição culposa de flora de preservação permanente e de Mata Atlântica e poluição culposa que provoca a morte de fauna e flora. Somadas, as penas podem chegar a sete anos de prisão.

Funcionários

O senador Carlos Viana recomenda os mesmos indiciamentos para outros 11 funcionários da Vale e 2 engenheiros da empresa TÜV SÜD Makoto Namba e André Jum Yassuda. A empresa terceirizada foi responsável por um laudo que atestou a segurança da barragem de Brumadinho.

— Esta CPI considerou to-

dos coautores numa cadeia causal normativa de imperícia, imprudência e negligência — explicou Viana.

Além das pessoas físicas, o relator sugere o indiciamento das empresas Vale e TÜV SÜD. Elas podem responder por destruição culposa de flora de preservação permanente e de Mata Atlântica e por poluição culposa que provoca mortandade de fauna e flora, com inviabilização de área para ocupação humana.

Projetos

O relator sugere também a apresentação de três projetos. O primeiro tem como objetivo conferir mais segurança às barragens de rejeitos de mineração. O texto proíbe o licenciamento ambiental de novos equipamentos e estabelece prazo de dez anos para a desativação dos já existentes ou que estejam em fase de construção.

A segunda proposição altera as regras de tributação para a mineração com a criação de dois tipos complementares de tributos: royalties e participação especial. A primeira cobrança incide sobre o valor bruto da produção, enquanto a segunda se refere à receita líquida obtida em cada mina.

A terceira e última proposição endurece as penas e tipifica novos crimes ambientais. O texto considera crime “dar causa a rompimento de barragem”. A pena é de dois a cinco anos mais multa, mas pode chegar a oito anos se o crime tornar a área imprópria para a ocupação humana, provocar mortandade de animais ou destruição significativa da flora, causar poluição que impeça o abastecimento de água, causar prejuízos ao patrimônio histórico-cultural ou afetar o modo de vida de populações indígenas e comunidades



Ao lado da presidente da CPI, Rose de Freitas, o relator, Carlos Viana, debate o relatório final da comissão

tradicionais. O projeto também eleva o valor de multas aplicadas a quem violar as leis de uso, proteção e recuperação do meio ambiente. Na legislação em vigor, elas vão de R\$ 50 a R\$ 50 milhões. O senador Carlos Viana recomenda valores que variam de R\$ 2 mil a R\$ 1 bilhão.

No início da reunião, a presidente da CPI, senadora Rose de Freitas (Podemos-ES), pediu um minuto de silêncio em memória das vítimas de Brumadinho. Em uma mensagem incluída no relatório final, Rose classificou o desastre como “um acúmulo de tragédias” e lembrou o desastre de Mariana, onde o rompimento de outra barragem da Vale matou 19 pessoas em 2015.

— A inestimável perda humana, os incontáveis animais mortos, o meio ambiente destruído por anos, talvez décadas, os sonhos e patrimônios de uma vida inteira soterrados pela incúria, pela negligência, pela ganância, pela usura, pela irresponsabilidade, pela indiferença, pelo desleixo de uma empresa que já foi modelo. Sem punição, prosseguiremos assistindo “novas Marianas e novas Brumadinhos” — disse Rose.

Indiciamentos aprovados na CPI

PESSOAS JURÍDICAS

- 1) Vale S.A.
- 2) Tüv Süd Bureau de Projetos e Consultoria e Tüv Süd SFDK Laboratório de Análise de Produtos

Crimes atribuídos

- » Destruição culposa de flora de preservação permanente e de Mata Atlântica
- » Poluição culposa que provoca mortandade de fauna e flora, com inviabilização de área para ocupação humana

PESSOAS FÍSICAS (*)

- 3) Fábio Schvartsman, presidente da Vale
- 4) Gerd Peter Poppinga, diretor-executivo de Ferrosos e Carvão da Vale
- 5) Luciano Siani Pires, diretor-executivo de Finanças e Relações com Investidores da Vale
- 6) Lúcio Flávio Gallon Cavalli, gerente-executivo de Planejamento Estratégico e Desenvolvimento de Negócios Ferrosos da Vale
- 7) Silmar Magalhães Silva, diretor de Operações do Corredor Sudeste da Vale
- 8) Alexandre de Paula Campanha, gerente-executivo de Geotecnia Corporativa da Vale
- 9) Rodrigo Artur Gomes de Melo, gerente operacional da Vale
- 10) Joaquim Pedro de Toledo, gerente-executivo de Geotecnia Operacional da Vale
- 11) Renzo Albieri Guimarães Carvalho, gerente de Geotecnia do Corredor Sudeste da Vale
- 12) Marilene Christina Oliveira Lopes de Assis Araújo, gerente de Riscos Geotécnicos da Vale
- 13) César Augusto Paulino Grandchamp, geólogo da Vale
- 14) Cristina Heloiza da Silva Malheiros, funcionária da Gerência de Geotecnia da Vale
- 15) Makoto Namba, engenheiro da Tüv Süd
- 16) André Jum Yassuda, engenheiro da Tüv Süd

Crimes atribuídos

- » Homicídio com dolo eventual — quando o agente assume o risco de cometer o crime
- » Lesão corporal culposa
- » Destruição culposa de flora de preservação permanente e de Mata Atlântica
- » Poluição culposa que provoca mortandade de fauna e flora, com inviabilização de área para ocupação humana

(*) Cargos ocupados na época do desastre.

Fonte: Relatório final apresentado pelo senador Carlos Viana (PSD-MG)

Debate: reforma da Previdência desconsidera resultados de CPI

Debatedores que participaram de audiência pública ontem na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) advertiram que a atual proposta de reforma da Previdência não leva em consideração os resultados da CPI da Previdência, realizada em 2017 no Senado. O cálculo incorreto do déficit do setor, a falta de fiscalização de crimes fiscais e a falta de cobrança dos grandes devedores são alguns dos problemas que não estão sendo considerados na Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 6/2019, afirmaram os participantes do debate.

Para o secretário-geral do Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário, Diego Cherulli, a CPI da Previdência foi um trabalho bem-feito, que ouviu mais de uma centena de especialistas e foi aprovada por unanimidade, embora seja hoje atacada por vários parlamentares. Para Cherulli, o problema mais sério é a metodologia de cálculo dos recursos da Previdência, que não leva em consideração toda a receita da seguridade social.

Segundo o presidente do Sindicato Nacional dos Procuradores da Fazenda Nacional, Achilles Frias, durante a CPI da Previdência, houve a denúncia

da falta de estrutura e de interesse para cobrar a dívida e coibir a sonegação dos grandes devedores. A atual proposta de reforma não tem considerado esse problema, sustenta:

— A questão da vedação do Refis (Programa de Recuperação Fiscal) será mais um jogo de cena, como foi no governo anterior, que encaminhou um projeto de parcelamento com regras não tão favoráveis. O governo dizia que não daria regras mais frouxas, mas, ao contrário, permitiu que se perdoassem praticamente todas as dívidas, com centenas de milhões de reais de prejuízo.

Os debatedores afirmaram

ainda que, sem melhorar a situação econômica do país, não se poderia reformar a Previdência Social. Segundo o presidente da Associação dos Auditores Fiscais da Receita Federal (Anfip), Floriano Neto, em 2060 o país terá ainda 60% da população apta ao trabalho.

— Não deveríamos estar discutindo reforma de Previdência. Deveríamos estar discutindo um projeto de país para dar conta de arrumar emprego, proteção social, para 60% da população, que está ávida para trabalhar, para virar consumidora — argumentou.

O senador Paulo Rocha (PT-PA) se disse preocupado com

o fechamento de estruturas do INSS, principalmente na Amazônia e no Pará.

— É errado, num país deste tamanho, concentrar tudo em Brasília — alertou.

O presidente da CDH, senador Paulo Paim (PT-RS), afirmou esperar que o Senado considere o relatório da CPI da Previdência quando analisar a PEC 6/2019.

— Tenho uma grande esperança de que o Senado não se encubule de novo. Na verdade, se encolheu e não fez uma mudança em 117 artigos de uma reforma trabalhista que chegou do Executivo com sete artigos — lembrou.

Sistema de avaliação do servidor público recebe críticas em audiência

Para representantes dos servidores, projeto pode deixar a categoria vulnerável a pressão. Para especialistas, a avaliação hoje é "fictícia"

O PROJETO DE lei que regulamenta a demissão de servidor público concursado e estável por insuficiência de desempenho no trabalho não pode ser uma arma contra o funcionalismo, mas deve fazer parte de um projeto de gestão para otimizar a performance do setor público. A opinião é de participantes de audiência realizada ontem pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

Representantes de servidores disseram que o PLS 116/2017 é um risco para a integridade do serviço público e traz vícios formais insanáveis.

— O propósito, na nossa avaliação, é quebrar a estabilidade. Ela não é um privilégio, é um instrumento que permite aos servidores serem impermeáveis às pressões externas, para que a administração pública não sofra as consequências de um funcionário coagido ou corrompido — disse o pre-



Entre João Domingos dos Santos e Renata Vilhena, Paim dirige debate

sidente da Confederação dos Servidores Públicos do Brasil, João Domingos Gomes dos Santos.

A diretora do Departamento de Carreiras e Desenvolvimento de Pessoas do Ministério da Economia, Flávia Goulart, classificou de fictício o sistema de avaliação atual. De acordo com ela, há uma pluralidade de regras e ciclos avaliativos que fragmentam os dados disponíveis e impedem a

consolidação de informações pelos órgãos de gestão. Ocupantes de cargos de confiança são imunes ao processo e os resultados obtidos não são realistas, avaliou.

— A maioria dos servidores está constantemente no topo. Não há organização de sucesso no mundo em que todos os funcionários sejam nota 10 100% do tempo. Uma avaliação real é questão de justiça.

Na opinião da economista

Ana Carla Abrão, a ausência de ferramentas que permitam valorizar o servidor produtivo e reabilitar o improdutivo perpetua um sistema que garante a todos o mesmo tratamento, independentemente do trabalho.

Os representantes dos servidores criticaram o formato da avaliação previsto no projeto, argumentando que uma avaliação unipessoal da chefia imediata seria um grande risco. A relatora, senadora Juíza Selma (PSL-MT), lembrou que essa regra estava na versão original da senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE), mas foi retirada na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Em seu parecer, Juíza Selma mantém o modelo de uma comissão formada por três pessoas: a chefia imediata, um outro servidor estável escolhido pelo órgão de recursos humanos da instituição e um colega lotado na mesma unidade.

Humberto pede que conduta de Dallagnol seja investigada

O líder do PT, senador Humberto Costa (PE), pediu ontem que o Senado requeira medidas à Procuradoria-Geral da República e ao Conselho Nacional do Ministério Público em relação a suposto diálogo envolvendo o procurador Deltan Dallagnol. Segundo o site The Intercept Brasil, Dallagnol sugere operação contra o então recém-eleito senador Jaques Wagner (PT-BA), antes do segundo turno das eleições de 2018.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Lasier: acordo Mercosul-Europa pode prejudicar vinícolas gaúchas

Lasier Martins (Podemos-RS) avaliou ontem, em Plenário, o Acordo de Livre Comércio entre Mercosul e União Europeia. Para o senador, o acordo dá motivo para euforia dos países do Mercosul, mas traz também algumas expectativas sobre o seu real desdobramento nos próximos anos. Lasier disse acreditar que a notícia do acordo é boa para o Rio Grande do Sul, mas mostrou preocupação com os produtores de vinho gaúchos.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Semana sobre alergia alimentar vai à Câmara

A Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) aprovou ontem a criação da Semana Nacional de Conscientização sobre a Alergia Alimentar (PLS 308/2018), que será comemorada na terceira semana de maio. O projeto é da senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) e segue para a Câmara, a menos que haja recurso para análise no Plenário do Senado.

O relator do projeto, Luiz do Carmo (MDB-GO), lembrou que uma série de alimentos podem causar alergias. O senador ressaltou que, segundo a Associação Brasileira de Alergia e Imunologia, cerca de 6% das crianças sofrem de algum tipo de alergia alimentar. O índice é de 3,5% na população adulta.

— Os dados evidenciam que as reações alérgicas têm se tornado cada vez mais graves e com efeitos mais persistentes. Portanto, a conscientização quanto ao problema é algo de fato relevante. A população merece ter acesso a informações que permitam a realização de diagnósticos precoces, a busca por tratamentos efetivos e a criação de condições para superar as alergias, que geram tanto sofrimento físico e psicológico. Em casos graves, alergias podem matar — alertou.

Julho poderá ser dedicado a combate a câncer de cabeça

Projeto aprovado ontem pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) institui julho como Mês Nacional do Combate ao Câncer de Cabeça e Pescoço. De autoria do ex-deputado Dr. Sinval Malheiros, o Projeto de Lei (PL) 400/2019 recebeu o apoio do relator na CE, senador Jorginho Mello (PL-SC).

“Disponibilizar informações que esclareçam os sintomas, as formas de prevenção e a importância da busca prematura por tratamento poderá trazer, além da efetiva redução da mortalidade e da incidência de sequelas graves decorrentes dos cânceres de cabeça e pescoço, uma maior eficiência das políticas públicas de saúde e, conseqüentemente, mais economia aos cofres públicos”, destaca Jorginho Mello no relatório.

O senador retirou do texto um artigo que definia atribuições aos órgãos do Poder Público para que elaborassem campanhas de disseminação de informações. “Entendemos que o dispositivo é inconstitucional, por invadir competência privativa do Presidente da República”, ressalta o senador.

A proposta segue agora para análise do Plenário do Senado.

RÁPIDAS

PONTE PODE RECEBER NOME DO FOLCLORISTA PAIXÃO CÔRTEZ

Fundador do primeiro Centro de Tradições Gaúchas (CTG), o folclorista João Carlos Paixão Côrtes poderá dar nome à nova ponte sobre o Guaíba, que está sendo construída em Porto Alegre. A homenagem foi aprovada ontem pela Comissão de Educação (CE), com parecer favorável de Lasier Martins (Podemos-RS). Apresentado pelo senador Luis Carlos Heinze (PP-RS), o PL 1279/2019 foi aprovado em caráter terminativo e seguirá para a Câmara.

COMISSÃO APROVA NOME PARA TRECHO DA BR-282

A Comissão de Educação (CE) aprovou projeto que nomeia Rodovia Ulysses Guimarães — Travessia Urbana Renato Nunes de Oliveira um trecho urbano da BR-282 em Lages (SC). O PLC 117/2018 segue para o Plenário. Da deputada Carmen Zanotto (Cidadania-SC) e do então deputado e atual senador, Esperidião Amin (PP-SC), o texto prevê que o trecho tenha a denominação em homenagem ao ex-prefeito do município, morto em 2015. O relator foi Dário Berger (MDB-SC).

Atividade de coaching precisa ser debatida no Congresso, diz Paim

Paulo Paim (PT-RS) afirmou ontem, em Plenário, que a atividade de *coaching* tem crescido no país e, por isso, precisa ser discutida pelo Congresso. No Portal e-Cidadania, duas sugestões legislativas tratam do assunto, disse Paim. Uma delas sugere a regulamentação da prática e outra a criminaliza, por envolver técnicas de administração, psicologia e neurociência e não ser executada por profissionais dessas áreas específicas. Segundo ele, estima-se que o *coaching* movimente algo em torno de R\$ 50 milhões por ano.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Davi Alcolumbre
Primeiro-vice-presidente: Antonio Anastasia
Segundo-vice-presidente: Lasier Martins
Primeiro-secretário: Sérgio Petecão
Segundo-secretário: Eduardo Gomes
Terceiro-secretário: Flávio Bolsonaro
Quarto-secretário: Luis Carlos Heinze
Suplentes de secretário:
 Marcos do Val, Weverton,
 Jaques Wagner e Leila Barros

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Angela Brandão
Coordenadora-geral: Ana Lucia Romero Novelli
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Coordenador-geral: Sílvio Burel
Coordenação de Cobertura: Paola Lima
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Sá
Serviço de Arte: Bruno Bazílio

Jornal do Senado

Editora-chefe: Fernanda Vidigal

Edição e revisão: Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller e Pedro Pincer

Diagramação: Claudio Portella, Ronaldo Alves e Sandro Alex

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado, do **Jornal do Senado**, da Rádio Senado e da TV Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Senado aprova diretora para o Banco Central

Indicação de Fernanda Nechio para cargo de diretora de Assuntos Internacionais e Riscos Corporativos foi referendada ontem na Comissão de Assuntos Econômicos e no Plenário

POR 64 VOTOS favoráveis e 2 votos contrários, o Plenário aprovou ontem a indicação de Fernanda Feitosa Nechio para o cargo de diretora de Assuntos Internacionais e Riscos Corporativos no Banco Central. A aprovação será comunicada à Presidência da República.

Fernanda tem mestrado e doutorado em economia. Foi professora da Pontifícia Universidade Católica (PUC) do Rio de Janeiro e da Universidade de Berkeley, na Califórnia (EUA). Desde 2009, trabalha no Federal Reserve Bank, o Fed, banco central dos Estados Unidos, onde atualmente é consultora. É autora de várias publicações internacionais sobre política monetária e temas de interesse do Banco Central (BC).

Durante sabatina na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), pela manhã, o relator da indicação, senador Irajá (PSD-TO), destacou que o currículo da candidata revela alto nível de qualificação profissional e de formação acadêmica e técnica.

Na ocasião, Fernanda disse que o possível ingresso do Brasil na Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) é positivo para o Brasil, tendo em vista que pode gerar a futura redução do risco-país e abrir um leque de investimentos estrangeiros. Em fevereiro, os Estados Unidos anunciaram que apoiariam a entrada do Brasil na OCDE, mas, em troca, o governo brasileiro deveria abrir mão do status especial que recebe na Organização Mundial do Comércio (OMC).

— O custo da entrada na OCDE é bastante baixo diante dos benefícios — analisou.

A indicada também classificou como positivo para o mercado o acordo firmado na última sexta-feira entre Mercosul e União Europeia, que estabelece regras para facilitar a exportação e a importação de produtos entre os países-membros. Ela ressaltou que os detalhes ainda estão sendo divulgados.

Na CAE, o nome da eco-



Fernanda Nechio é sabatinada na Comissão de Assuntos Econômicos

nomista foi aprovado por unanimidade. Ela também respondeu a questionamento do senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) sobre a possibilidade de introdução do chamado “duplo mandato” para o BC.

Atualmente o banco tem um mandato simples, ou seja, o cumprimento das metas de inflação está acima de outros objetivos. Outros bancos centrais do mundo, como o Fed (Sistema de Reserva Federal dos Estados Unidos), possuem mandatos duplos, onde a manutenção do emprego e renda da população é um outro

objetivo da atuação do órgão. Para Fernanda, é arriscado promover essa mudança de atribuições do BC:

— Esse movimento pode gerar incertezas quanto à condução da política monetária — avaliou.

Kátia Abreu (PDT-TO) perguntou sobre os efeitos da reforma da Previdência na economia. Fernanda avaliou que a reforma e a aprovação de outras propostas liberalizantes ajudam a melhorar a expectativa de crescimento e “diminuir incertezas”.

— Os efeitos podem não

ser imediatos em si, mas as mudanças sobre a percepção do país afetam decisões de investimento, o que afeta a economia e possíveis ganhos e expectativas de crescimento.

Spread bancário

Os altos spreads bancários, os elevados lucros dos bancos e taxas de juros praticadas no cheque especial, no cartão de crédito e nos empréstimos também foram alvo de questionamentos do presidente da CAE, Omar Aziz (PSD-AM), e do senador Rogério Carvalho (PT-SE). Segundo Fernanda, o BC tem se empenhado em enfrentar o spread desde a gestão do ex-presidente Ilan Goldfajn, e agora com Roberto Campos Neto.

— O objetivo é a redução do spread e a democratização do acesso ao crédito — defendeu.

Spread é a diferença entre a remuneração que um banco paga ao cliente para captar um recurso e o quanto esse banco cobra para emprestar o mesmo valor.

Comissão vota hoje criminalização de caixa dois

Proposta que torna crime o uso de caixa dois nas eleições será analisada na reunião de hoje da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), a partir das 10h. Se aprovado, o PL 1.865/2019 deve seguir para a Câmara dos Deputados.

O projeto classifica como crime “arrecadar, receber, manter, movimentar ou utilizar” dinheiro, bens ou serviços monetizáveis que não estejam registrados na contabilidade oficial de campanha. A pena prevista é de dois a cinco anos de prisão. A mesma punição vale para quem doar, contribuir ou fornecer os recursos para os candidatos e integran-

tes de partidos. Se o autor do delito for agente público, a pena pode ser aumentada de um a dois terços.

Emenda do relator, senador Marcio Bittar (MDB-AC), criou um agravante à pena, em um a dois terços, caso os recursos, valores, bens ou serviços usados em caixa dois eleitoral venham de ações criminosas. A proposta faz parte do chamado pacote anticrime.

Também está em pauta a proposta que estabelece o voto aberto nas eleições das Mesas da Câmara dos Deputados e Senado (PEC 1/2019). Atualmente a Constituição prevê alguns casos em que a votação deve ser aberta, mas não trata

das eleições para as Mesas.

O alcance da PEC 1/2019, segundo a autora, senadora Rose de Freitas (Podemos-ES), não se restringe à escolha dos integrantes das Mesas da Câmara e do Senado. Por extensão e analogia, o voto aberto deverá ser aplicado, também, nas eleições para o comando das assembleias legislativas estaduais; das câmaras municipais e da Câmara Legislativa do Distrito Federal. Mas o senador Marcos Rogério (DEM-RO) decidiu apresentar emendas para deixar essa opção explícita, o que foi acatado pela relatora, senadora Juíza Selma (PSL-MT). Se aprovado, o texto seguirá para o Plenário.

Colegiado analisa indicações para embaixadas no Catar e na Grécia

Ao relatar a indicação do diplomata Luiz Alberto Figueiredo para a embaixada brasileira no Catar, o senador Esperidião Amin (PP-SC) destacou na Comissão de Relações Exteriores (CRE) a importância do fundo soberano do país árabe.

— Estima-se que o fundo soberano do Catar possui US\$ 320 bilhões em ativos. Pra quem acha que no Brasil deve sempre prevalecer os interesses de Israel no que tange a essa região do globo, é bom estar atento a esse dado.

Também na reunião de

ontem, o senador Zequinha Marinho (PSC-PA) apresentou o relatório sobre a indicação de Roberto Abdalla para a embaixada na Grécia.

“No ano passado, pela primeira vez, o Brasil teve déficit comercial na relação com a Grécia, de US\$ 500 mil. No total, o comércio bilateral chegou a US\$ 344,9 milhões, bem mais do que em 2017, quando foi de apenas US\$ 138,4 milhões”, aponta o relator

As sabatinas dos dois diplomatas ainda será marcada pelo presidente da CRE, Nelsinho Trad (PSD-MS).

Acordo Mercosul-União Europeia é tema de debate

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) quer mais informações sobre o acordo firmado entre Mercosul e União Europeia na semana passada. Ontem a comissão aprovou requerimento de convite ao secretário de Comércio Exterior do Ministério da Economia, Marcos Troyjo.

Como se trata de convite, Troyjo, que conduz o pacto em nome do governo brasileiro, poderá comparecer ou não. A expectativa dos senadores é que ele possa ir à CAE na quarta-feira da próxima semana.

Autor do requerimento, o senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) considera fundamental

conhecer mais a fundo o acordo assinado com o objetivo de facilitar o comércio entre países-membros do Mercosul e da União Europeia e enten-



Tasso quer entender o impacto do acordo para as empresas nacionais

der melhor como isso pode afetar as empresas brasileiras.

— Teremos provavelmente implicações sobre a indústria brasileira. Não sou contra, mas precisamos esclarecer as implicações. Teremos uma grande concentração de produtos importados da União Europeia, o que terá reflexo muito grande na competição e até na inflação brasileira.

Também foi aprovado requerimento de Kátia Abreu (PDT-TO) sobre o assunto. A senadora propôs que sejam convidadas autoridades do Ministério da Agricultura e outras pastas envolvidas na negociação.

Operações de swap cambial serão assunto de audiência

A Comissão de Transparência (CTFC) aprovou ontem requerimento de Eduardo Girão (Podemos-CE), subscrito pelo presidente do colegiado, Rodrigo Cunha (PSDB-AL), para um debate sobre os impactos na dívida pública das operações de swap cambial feitas pelo Banco Central para conter a desvalorização do real e a fuga de dólares do país.

O swap é uma ferramenta do Banco Central (BC) para conter a desvalorização do real e evitar a fuga de dólares — o BC vende dólares no mercado futuro para companhias que

investem no país, mas que captaram recursos fora, pelas taxas baixas de juros.

A cotação da moeda é a questão nesses contratos — se o dólar negociado no dia do fechamento do contrato permanece o mesmo durante sua vigência, as empresas pagam um valor X pelo dólar comprado do BC; se o dólar cai, há uma diferença positiva para o Brasil. Mas, se o dólar dispara, a diferença da cotação quem banca é o Tesouro. Ou seja, o dinheiro público paga o que seria, em primeira análise, um risco empresarial.

Projeto prevê diploma para professor de educação física

Aprovada ontem na Comissão da Educação, proposta de Romário relatada por Leila Barros exclui da exigência apenas professores de escolas rurais e de municípios com menos de 5 mil habitantes

O DIPLOMA DE licenciatura em educação física poderá passar a ser obrigatório para professores da disciplina. É o que estabelece projeto aprovado ontem na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE). O PLS 488/2015 seguirá para a Câmara, se não houver recurso para análise em Plenário.

Hoje a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei 9.394, de 1996) flexibiliza esse critério para a educação infantil e nos quatro primeiros anos do ensino fundamental. Para a relatora na CE, senadora Leila Barros (PSB-DF), existe uma relação direta entre a formação condizente e a qualidade das aulas. Por isso, sustenta, é essencial garantir a formação desses profissionais.

Serão excluídos da exigência apenas os professores de escolas rurais e núcleos urbanos com população inferior a 5 mil habitantes, a quem a habilitação será apenas recomendada, não exigida.

Esporte na escola

O projeto, do senador Romário (Podemos-RJ), cria normas para a promoção do esporte em escolas de educação básica e recomenda que União, estados, Distrito Federal e municípios apoiem jogos escolares para promover o desporto escolar.

A formação do professor de educação física incluirá ha-



Relatório de Leila Barros foi aprovado na CE, que tem Arns como vice

bilitação para o treinamento desportivo. O Orçamento deverá priorizar a destinação dos recursos para o desporto educacional e, em casos específicos, para o desporto de alto rendimento. Com isso, abre-se a possibilidade de treinamento dos jovens para performance de alto rendimento.

Após ouvir especialistas, a relatora apresentou um texto substitutivo, com algumas alterações ao projeto. A nova redação diz que a prática de educação física deverá estar articulada à proposta pedagógica da escola e aos projetos educacionais dos sistemas de ensino. Também foi acrescentada a exigência de que o professor passe por curso de atualização a cada cinco anos. No substitutivo, a senadora salientou a necessidade de atender as especificidades da educação indígena, para que as atividades considerem as tradições e as práticas culturais

de cada comunidade. Leila também acatou parcialmente emenda do ex-senador Donizeti Nogueira que dava prioridade — e não exclusividade — para os licenciados em educação física atuarem como professores, em razão da escassez de profissionais, segundo ele. Leila afirmou ser necessário reconhecer as especificidades e limitações das diversas realidades existentes no país. Por isso, apresentou uma solução intermediária: que a qualificação se torne recomendável, e não obrigatória, apenas em escolas rurais e núcleos urbanos com população inferior a 5 mil habitantes.

A senadora comemorou a aprovação da proposta.

— Escola é para a formação de cidadãos, e a educação física não pode ser excluída disso — afirmou.

O prazo para a adequação dos entes federados à lei será de um ano após a sanção.

Comissão aprova regras para e-sports

A Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) aprovou projeto de lei que regulamenta os esportes eletrônicos ou e-sports no Brasil. O PLS 383/2017 segue para a Câmara dos Deputados, se não houver recurso para análise da proposta em Plenário.

Os e-sports são as atividades competitivas envolvendo jogos de videogame, computador e outros equipamentos. Segundo o projeto, o esporte eletrônico, quando praticado de modo profissional, observará

regras nacionais e internacionais aceitas pelas entidades de administração do desporto.

Para o autor do projeto, senador Roberto Rocha (PSDB-MA), as disputas esportivas em ambientes virtuais oferecem, assim como os esportes tradicionais, meios de “socialização, diversão e aprendizagem”. O senador afirma que a prática pode contribuir para melhorar a capacidade intelectual e fortalecer o raciocínio e a habilidade motora dos participantes. Ele frisa que não se

deve confundir jogo eletrônico com esporte eletrônico, o real objeto da proposta.

O relator na CE, senador Eduardo Gomes (MDB-TO), recomendou a aprovação do texto como veio da Comissão de Ciência e Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT). Lá, o substitutivo, feito pelo senador Davi Alcolumbre (DEM-AP), então membro do colegiado, reformulou o texto original para torná-lo mais harmônico com as disposições da Lei 9.615, de 1998, que institui normas gerais sobre o desporto.

O relator fez duas emendas. A primeira retira do texto a criação do Dia do Esporte Eletrônico. A outra, uma emenda de Eduardo Girão (Podemos-CE), não considera esporte eletrônico jogo com conteúdo violento, mensagem de ódio, preconceito ou discriminação, de cunho sexual ou que faça apologia ao uso de drogas.



Relator na CE, Eduardo Gomes pediu a aprovação do texto como veio da CCT

Texto reserva metade de vagas ociosas em federais a pobres

Estudantes de família com renda igual ou inferior a 1,5 salário mínimo per capita, poderão ter reservadas 50% das vagas que ficarem ociosas em universidades e institutos públicos federais. É o que estabelece o PL 1.255/2019, aprovado ontem pela Comissão de Educação (CE).

O projeto permitirá que alunos com esse perfil possam ter acesso à metade das vagas que restarem após a realização de processos seletivos e àquelas que ficarem sem ocupação em decorrência da desvinculação dos estudantes matriculados.

De acordo com o autor, Styvenson Valentim (Podemos-RN), o projeto tem potencial para gerar resultados educacionais benéficos.

Para o relator, Confúcio Moura (MDB-RO), a iniciativa busca resolver um dos principais gargalos da educação, que é a existência e manutenção de vagas ociosas

em universidades federais. Pelo Censo da Educação Superior de 2017, mais de 90% das novas vagas oferecidas foram inicialmente ocupadas, mas isso não se mantém no decorrer do curso.

“Quando se consideram todos os períodos de um curso, cerca de 70 mil vagas não foram preenchidas nas universidades federais. Em outras palavras, todo o aparato estava disponível, gerando custos para a sociedade, mas faltaram mecanismos ágeis e efetivos não somente para garantir que os alunos permanecessem nos bancos universitários, mas também para que, caso persistisse a ociosidade, todo esse contingente de oportunidades educacionais fosse preenchido, de maneira ágil e consistente”, acrescenta.

Como foi aprovada em caráter terminativo, a proposta deve ir para a Câmara dos Deputados.

Prevenção da violência contra a mulher nas escolas vai à Câmara

A prevenção de todo e qualquer tipo de violência contra a mulher deverá ser incluída nos currículos da educação básica. É o que determina projeto do senador Plínio Valério (PSDB-AM), aprovado ontem na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE). O PL 598/2019 deve seguir para a Câmara dos Deputados.

A legislação vigente inclui os conteúdos relativos aos direitos humanos e à prevenção de todas as formas de violência contra crianças e adolescentes nos currículos escolares. Entretanto, não cita as mulheres.

Para Plínio, a mulher bra-

sileira tem sido relegada a plano secundário em vários âmbitos, numa realidade que muda a passos muito lentos. Embora esteja cada vez mais presente no mundo do trabalho, mantendo o papel estruturante na família, a mulher recebe menos que o homem no desempenho das mesmas tarefas. Na vida política, ela tem sido sistematicamente sub-representada. “No entanto, nada parece estigmatizar mais a mulher do que a sua sujeição à violência”, destaca o senador.

A relatora, senadora Daniella Ribeiro (PP-PB), considerou a aprovação do texto um momento histórico.

Governo deverá promover feiras de ciência nas escolas anualmente

O governo federal deverá promover todos os anos, em parceria com os governos estaduais, feiras de ciência e tecnologia envolvendo as escolas públicas de ensino médio e fundamental. É o que determina relatório do senador Alessandro Vieira (Cidadania-SE) ao PLS 360/2017, aprovado ontem na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE). O projeto deve seguir para a Câmara, a menos que haja recurso para análise no Plenário.

O texto original, da senadora Maria do Carmo Alves

(DEM-SE), propunha a promoção das feiras de ciências no ensino médio. O relator, porém, alterou o texto para estender o incentivo também ao ensino fundamental.

— As feiras de ciência e tecnologia são instrumentos preciosos, pois atuam em duas frentes: ao mesmo tempo em que contribuem para a formação dos estudantes, oferecem espaço para a disseminação da produção de iniciação à educação científica, promovendo pesquisa e inovação — afirmou Alessandro na leitura do relatório, em 4 de junho.